
Dandara do Sisal em movimento contra o racismo: Serrinha/BA

Dandara do Sisal on the move against racism: Serrinha / BA

Acácia Batista Dias

Professora adjunto da
Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
E-mail:
acaciabatista02@gmail.com

Vitoria Carmo dos Santos

Pós-graduanda em Gestão
de Pessoas e Psicologia
Organizacional pelo
Centro Universitário
UniFTC Feira de Santana.
E-mail:
vitoria.carmo@outlook.com

Resumo

Este artigo versa sobre a organização feminina negra Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal (MMNDS), atuante no Território do Sisal, situado no estado da Bahia. A subjugação pela raça e gênero da mulher negra no país impulsionou a criação do movimento Dandara do Sisal, a partir de outras organizações negras mistas do município de Serrinha/BA, a fim de lutar contra o racismo e o machismo que atingem as suas atrizes sociais e outras mulheres negras. As participantes relatam o processo de organização e formação para o enfrentamento da discriminação. As pautas de reivindicação por direitos e melhores condições de vida para elas e para a população negra, também integram a atuação do movimento no combate ao racismo no Território do Sisal. Adota-se o caminho metodológico qualitativo, cujos dados foram produzidos através de entrevistas semiestruturadas e observação participante das atividades e ações do movimento.

Palavras-chaves: Movimento de Mulheres Negras. Território do Sisal. Racismo. Gênero. Raça.

Abstract

This article discusses the black women's organization Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal (Dandara of Sisal Black Women Movement), it's active in the Territory of Sisal, Bahia. The black women's subjugation of race and gender, in Brazil, bosteed the movement's creation as of others black organizations in the municipality of Serrinha/BA, the purpose of Dandara of Sisal's creation was fighting against the racism and sexism, that affect its members and black women. The black women report the organization process the group to combat the discrimination. The movement's list of claims by rights and better living conditions to black women and black people integrate the Dandara of Sisal Black Women Movement's acting against the racism in Territory of Sisal. This is a qualitative research based on semi-structured interviews and participant observation of the movement's actions and activities.

Keywords: Black Women Movement. Territory of Sisal. Racism. Gender. Race.

Introdução

O período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foi marcado pela intensa organização da sociedade civil em associações, sindicatos e/ou movimentos, com os propósitos de redemocratizar o país, diminuir o regime autoritário e expandir a cidadania. Diferentes sujeitos políticos integraram os movimentos sociais, como mulheres, negros, povos tradicionais, trabalhadores(as) rurais e urbanos, moradores periféricos, entre outros (SANTOS, 2010; SILVA, 2016).

As mobilizações políticas femininas ocorreram por meio do tradicional Movimento Feminista da década de 1970, composto por mulheres brancas, intelectuais da elite ou classe média brasileira contra a ditadura e a favor da emancipação feminina nos espaços públicos e privados. Em paralelo a esse movimento, outros compostos por mulheres populares e de classe média desenvolveram-se, alguns anteriores à década de 1970, como os clubes de mães, movimentos contra a carestia, movimento pela anistia, entre muitos outros. Nos clubes de mãe e movimentos contra a carestia nos bairros periféricos e pobres, cuja população em sua maioria era negra, as mulheres organizaram-se na luta por melhorias nos postos de saúde, escolas, creches e demais serviços públicos. Essas organizações femininas tiveram o apoio ou foram promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica (PINTO, 2003).

As organizações de mulheres negras e periféricas desenvolveram-se no Movimento de Mulheres Negras e Movimento Feminista Negro, advindos da organização feminista e do misto Movimento Negro. Dessa forma, importantes organizações negras femininas na Região Sudeste, neste período, foram registradas pela história: o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, que pautava reivindicações e lutas particulares das mulheres negras; o Gelédes - Instituto da Mulher Negra; o Coletivo de Mulheres Negras Nzinga; e a organização Criola (CARNEIRO, 2003a,b; GARCIA, 2006).

A Região Nordeste também foi palco da organização da sociedade civil no século passado. No Território do Sisal¹, localizado no semiárido baiano, o contexto de pobreza, seca, exploração dos trabalhadores rurais e coronelismo político impulsionaram as primeiras organizações da sociedade civil, cujo propósito era lutar por interesses coletivos, promover a justiça social e a cidadania através da participação popular nas políticas e gestões governamentais (SANTOS, 2010).

¹ Composto por 20 municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Quijingue, Nordestina, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. A área é de 20.405,26 km²; a população total integra 582.329 habitantes, dividida em 249.167 hab. na zona urbana e 333.162 hab. na zona rural. (SIT, 2015).

O Território do Sisal integra os 27 Territórios de Identidade da Bahia². Anteriormente denominado como Região do Sisal, ele teve a sua nomenclatura alterada após a implantação das políticas de promoção e desenvolvimento territorial promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Conforme a estruturação e condução das novas políticas territoriais propuseram-se nomenclaturas que refletissem os aspectos identitários das comunidades e das relações entre elas com a sociedade civil e com o poder público das diferentes localidades (MOREIRA, 2017; PIRES, 2016).

Os projetos de desenvolvimento territorial com “enfoque no planejamento são recentes no país e visam inserir as diferentes dimensões – social, econômica, regional, ambiental e democrática, como parte importante a ser considerada para a organização socioespacial” (MOREIRA, 2017, p.15). Desse modo, para a efetivação da política dos Territórios de Identidade distintos arranjos multilaterais da sociedade se fazem presentes, tais como os políticos, as organizações da sociedade civil (associações, sindicatos, movimentos sociais), as ONGs e os acadêmicos.

A efetivação dessas políticas no Território do Sisal dispõe da atuação feminina e negra do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal (MMNDS), em Serrinha/BA. A emergência do MMNDS em 2011 ocorre em um município, que se caracteriza por possuir uma população feminina (39.082) timidamente superior à masculina (37.680) no total de 76.762 habitantes distribuídos em uma área de 583,314 km², de acordo com o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No município de Serrinha, localiza-se uma das 22 comunidades remanescentes quilombolas³ (CRQs) certificadas pela Fundação Cultural Palmares no Território do Sisal, a comunidade Lagoa do Curralinho (BRASIL, 2019).

No nível nacional, o movimento Dandara do Sisal surge em um país cuja população atual é formada majoritariamente por negros (pretos e pardos), que representam 54,9% dos habitantes brasileiros, segundo Saraiva (2017). Contudo, o contingente populacional não isenta o Brasil em se configurar como um lócus de perpetuação dos valores racistas que subjagam as mulheres negras, as colocando em desvantagem social perante as mulheres brancas e aos homens brancos - mesmo após 131 anos da formalização do fim da escravidão, ocorrido em 1888.

² Intitulado a partir de 2007 devido à nova delimitação do espaço geográfico pelo Governo do Estado da Bahia, a fim de “dar maior efetividade à execução das políticas públicas a partir de um relacionamento mais intenso com a sociedade civil, e, ao mesmo tempo, na busca de uma regionalização mais apropriada” (DIAS, 2017, p. 17). Moreira (2017) ratifica ao afirmar que a nomenclatura se propõe a refletir os aspectos sociais e econômicos de cada recorte territorial.

³ “Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo os critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, p.1).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) demonstra que a população negra vive em um país apartado racialmente, onde os indicadores socioeconômicos (educação, renda e expectativa de vida) entre as populações autodeclaradas negras e brancas são díspares. Os brancos brasileiros possuem padrões de desenvolvimento humano similares a população dos países europeus, a exemplo da Bélgica, enquanto os negros apresentam o IDH “inferior ao de inúmeros países em desenvolvimento, como a África do Sul, que, há menos de duas décadas, erradicou o regime do *apartheid*” (CARNEIRO, 2011, p. 18).

Contudo, apesar das desigualdades raciais demonstradas pelos indicadores, no país persiste a falsa ideia de democracia racial, na qual se supõe que a abolição da escravatura e a miscigenação proporcionou convivência harmoniosa entre pretos e brancos, com igualdade racial de direitos entre os mesmos, e por isso o racismo não existiria. Apesar de tal falseamento da realidade de negras e negros brasileiros ter sido questionado por Abdias Nascimento (1978) em sua obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* através de denúncias das variadas violências raciais que essa população é alvo constantemente no país, desde o seu sequestro no continente africano.

A suposta democracia racial brasileira tem o intuito de desencorajar a análise crítica e discussão do racismo; e desracializar o país ao “manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade racial” (HASENBALG, 1987, p. 80). O sociólogo Carlos Hasenbalg (1979) afirma que a perpetuação da opressão e desigualdades raciais dos negros privilegia material e simbolicamente a população branca em geral e os capitalistas brancos, ao oferecê-los vantagens na estrutura de classes, assim como na formação da identidade e sentimentos dos sujeitos, “tais como a honra, o status, a dignidade e o direito à autodeterminação” (SANTOS; DIOGO; SCHUCMAN, 2014. p. 20).

Assim, negras e negros brasileiros na dinâmica das suas relações raciais são alvos de racismo, mecanismo segregador e opressor, que em conjunto com elementos como o preconceito e discriminação raciais determinam desigualdades e condições desses sujeitos. Esse mecanismo e elementos não são sinônimos, pois o racismo tende a naturalizar e explicar as diferenças sociais, pessoais e econômicas, através dos fenótipos dos sujeitos, isto é, das características físicas. Assim, ele propõe-se a privilegiar uma determinada raça em detrimento de outra(s) (OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009).

O preconceito racial envolve o campo cognitivo e socioemocional, em que se refere a um conjunto de pensamentos e sentimentos pré-determinados e pejorativos em relação aos negros como grupo, reflexo da internalização de representações sociais estereotipadas desses sujeitos constituídas por fatores históricos e sociais. Enquanto “a discriminação racial se refere a

comportamentos de distinção com prejuízo para negros, podendo se manifestar como privação de direitos ou diferença de tratamento” (CFP, 2017, p.12). Ela envolve o poder, que é um requisito fundamental para atribuir vantagens ou desvantagens em razão da raça (ALMEIDA, 2018).

Assim, compreende as desigualdades raciais como atos de diferenciar, segregar ou discriminar os sujeitos baseados na sua raça com base em ideias preconcebidas (OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009). No sistema de classes, esses atos privilegiam a branquitude, que conforme Piza (2014) refere-se a ser branco num universo racializado e hierárquico, no qual os brancos estão numa posição não nomeada de poder. Na geografia social de raça esses sujeitos usufruem de um lugar confortável e podem responsabilizar o outro por características e condições que não atribui a si e não se responsabiliza (MOREIRA, 2018).

Esta conjuntura impulsionou e impulsiona o surgimento de organizações negras, a fim de denunciarem tais condições impostas aos pretos e pardos brasileiros. O Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal integra essas organizações ao lutar contra o racismo, que atinge as suas atrizes sociais e outras mulheres negras, reivindicar direitos e melhores condições de vida para todas elas, e (re)afirmar as identidades raciais e étnicas do sujeito mulher negra. Tudo no âmbito público, no âmbito do anunciado (OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009; PINTO, 2003).

1 Caminhos Metodológicos

Este artigo é fruto da pesquisa intitulada Dandara do Sisal em movimento contra o racismo: Serrinha/BA⁴. O principal objetivo do estudo foi analisar as experiências e vivências de racismo entre mulheres negras participantes do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal. Os dados foram produzidos através de visitas a campo, as quais tiveram a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa as integrantes do Dandara do Sisal, e coletar dados sobre o movimento e suas militantes através de 6 (seis) entrevistas semiestruturadas e observação participante das ações e atividades do MMNDS.

As entrevistas semiestruturadas com as mulheres negras do Dandara do Sisal foram norteadas por um roteiro pré-elaborado, mas não fechado, o que permitiu adaptação em cada entrevista, através da solicitação de maior detalhamento quanto às vivências e experiências de cada militante. Todas as entrevistas ocorreram em Serrinha/BA, nos locais e horários

⁴ O estudo desenvolveu-se nos anos de 2018 e 2019, através da aprovação pelo Conselho de Ética em Pesquisa em julho de 2018, sob o parecer nº 2.760.162 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 85469618.4.0000.0053. De acordo com a Ética em Pesquisa com os Seres Humanos e a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 elaborou-se o Termo de Autorização de Uso de Imagem e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os métodos de coleta dos dados.

determinados por elas. Já a quantidade baseou-se na disponibilidade das integrantes e no critério de saturação dos dados. Segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008):

O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Noutras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados. Esta conotação/definição já vinha presente no texto que parece ter inaugurado o uso da expressão saturação teórica (theoretical saturation) (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p.1).

Utilizou-se também da observação participante, através da inserção em alguns eventos promovidos pelo MMNDS em conjunto com outras Organizações da Sociedade Civil e Administração Pública, no município de Serrinha. Integra ainda a produção de dados, a realização de uma sessão de fotos com as integrantes, na praça Morena Bela em Serrinha, para a construção do site institucional⁵ e materiais do movimento, promovido pela pesquisadora. Todas as viagens foram registradas no diário de campo, ferramenta constituída a cada encontro, cujos conteúdos foram utilizados como complementos para análise dos dados.

O direito ao anonimato, característico da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, foi resguardado caso as entrevistadas expressassem o desejo de omitir o seu nome e imagem. A pesquisa propôs nominar as ativistas negras do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal e visibilizar a atuação do mesmo no Território do Sisal e na Bahia, como consta nas pautas de reivindicação do movimento. As integrantes afirmaram a importância de dizer seu nome e sobrenome em todos os espaços que estão presentes, para que o racismo não faça por elas, como afirmou a entrevistada Wilma Rodrigues (25 anos, estudante e autônoma): “Aonde chegar falar o nome, sobrenome, da onde veio, pra que o racismo não venha falar isso por mim”.

2 Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal

O Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal é uma organização da sociedade civil fundada em 2011 e composta, em média, por 30 mulheres, majoritariamente autodeclaradas negras, distribuídas em diferentes gerações, orientações sexuais, religiões e localidades – urbanas e rurais. O movimento possui localização principal em Serrinha, município onde residem as suas

⁵ O site institucional foi confeccionado pela pesquisadora para o movimento, a fim de colaborar com a divulgação e o acesso das informações sobre o MMNDS, na internet. Endereço de acesso ao site: <https://dandarasisal.wixsite.com/mmnnds>.

fundadoras⁶. Mas, a sua atuação estende-se ao longo do Território do Sisal, através de núcleos compostos por mulheres em alguns dos seus municípios, como Lamarão, Queimadas e Teofilândia, e comunidades remanescentes quilombolas, como Sítio Santana/Lamarão e Lagoa do Curralinho/Serrinha.

O Dandara do Sisal representa a resistência negra e feminina brasileira frente às históricas opressões de raça, gênero e classe⁷, perpetuadas desde o período escravagista. Mas o combate e o enfrentamento desses males são ancestrais, visto que negras escravizadas reagiram ao sistema através de fugas, revoltas, rebeliões, formações de quilombo, assassinatos de senhores, indução de abortos e suicídios. Como ratifica Márcia Tokita (2013, p.125),

Desde o sequestro na África até sua chegada e tempo de permanência no Brasil, as mulheres negras sempre exerceram espaços de resistência. Foram inúmeras formas, como por exemplo, as fugas e formação de quilombos, onde viviam de modo semelhante ao tempo em que estavam na África.

A fundação do Dandara do Sisal tem forte vínculo com esses dois líderes⁸: Dandara pelo nome, já que o movimento resolveu homenageá-la, e Zumbi devido à data de fundação do movimento e à escolha da nomenclatura terem ocorrido no dia 20 de novembro⁹. Como uma das fundadoras relatou:

Esse dar nome foi exatamente 20 de novembro de 2011, na Praça Morena Bela, no jardim aqui da Morena Bela. A gente pensou em dar nome... Pensou Mulheres em Ação; pensou Mulheres do Sisal; pensou Mulheres de Serrinha. E aí como a gente tem diálogo com outros municípios, a gente decidiu fazer essa homenagem à Dandara, e aí a gente colocou Mulheres Negras Dandara do Sisal (Cleuza Juriti, 38 anos, pedagoga e ativista).

O MMNDS nasce da necessidade de intensificar as ações e discutir políticas públicas para as mulheres negras¹⁰ do Território do Sisal já realizadas pelas fundadoras nas organizações negras e mistas, como o Movimento Negro Afro-Jamaica vinculado ao Instituto Casa da Cidadania de Serrinha (ICCS). Antes do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal, as

⁶ Cleuza Juriti, Ivoneide Bispo, Zenaide Simões, Elaine Lima, Patrícia Souza, Cleia, Livia Almeida, Edinalva Anunciação.

⁷ Compreende-se a categoria classe como fundamental na organização das condições de vida das atrizes sociais e mulheres negras brasileiras. Contudo não foi objeto de análise e discussão dessa pesquisa.

⁸ Dandara e Zumbi dos Palmares lutaram contra a escravidão e liberdade total dos negros, no século XVII. Ambos lideraram e defenderam o famoso Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, que integrava a Capitania de Pernambuco. O quilombo foi possibilidade de refúgio para muitos negros escravizados no período colonial (GELEDÉS, 2014; 2017).

⁹ Data da morte do líder, que se tornou o Dia da Consciência Negra, no Brasil.

¹⁰ Considera-se e define-se a categoria mulher(es) negra(s) composta por sujeitos plurais, diversos no estilo de vida e história, contudo unidas pelas opressões de raça e gênero. Conforme as considerações de Núbia Moreira (2018, p.73): “Para fins explicativos, mulheres negras serão aqui concebidas e definidas pelo termo que é utilizado pelas feministas negras que incorporam a diversidade de estilos de vida e ainda é usado como retenção de uma categoria indiferenciada para análise sobre o terreno em que as mulheres negras são unidas pela força do racismo”.

fundadoras e outras participavam de núcleos e ramificações femininas dessas organizações, com os títulos de: Coletivo de Mulheres do ICCS e Roda das Margaridas. Cleuza Juriti (38 anos, pedagoga e ativista) relatou a sua participação e de outras fundadoras antes do movimento de mulheres negras e a motivação da criação:

Reúnem-se só as mulheres pra pensar políticas públicas e de enfrentamento ao racismo das mulheres negras. Porque a gente trabalhava com um todo, né. A gente trabalhava com os homens, com as mulheres, mas não pensava especificamente as mulheres negras. Então em 2011, a gente pensa e aí constrói, dá nome na verdade, né, que a gente já foi coletivo do Instituto: Coletivo de Mulheres do Instituto. Já fomos a Roda das Margaridas (Cleuza Juriti).

Em complemento a insurgência do MMNDS, a ampla abordagem da população negra no Movimento Negro Afro-Jamaica e Instituto Casa da Cidadania de Serrinha não contempla todas as demandas das mulheres negras do Território do Sisal, como maternidade, trabalho, violência contra a mulher, racismo e machismo. A ausência dessas particularidades motivou a organização feminina, como relata uma das integrantes do grupo:

Houve a necessidade de se reunir somente as mulheres, para pautar as coisas das mulheres, porque tava ficando uma coisa meio perdida. A gente tendo que pautar tudo de uma vez só: homem, mulher, gay, LGBT¹¹, cigano, terreiro. Essas coisas tudo num movimento só, tava ficando muito acarretado. Então a gente decidiu ter só o nosso, o nosso movimento, o nosso espaço, que a gente consegue discutir, trazer, pautar coisas melhores, mais específicas (Wilma Rodrigues, 25 anos, estudante e autônoma).

O incentivo para a autonomia das fundadoras com a criação do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal adveio de outros movimentos de mulheres negras e organizações femininas, localizados no estado baiano, como o Instituto da Mulher Negra Odara, o Coletivo de Mulheres Calafate de Salvador e a Rede de Mulheres Negras do Estado da Bahia – integrada por ambas as organizações femininas e o MMNDS. O apoio das outras organizações e movimentos ocorreu em consequência do diminuto reconhecimento da atuação das mulheres, quando integrante das organizações mistas, como relatou Ivoneide Bispo (45 anos, administradora e autônoma): “E aí o incentivo das meninas da Rede [de Mulheres Negras do Estado da Bahia]: ‘Por que é que vocês num dá nome a esse grupo de mulher que trabalha tanto no município e não é reconhecido?’”.

A história do Dandara do Sisal se assemelha a trajetória de outros movimentos de mulheres negras no Brasil. Os movimentos negros e femininos, nas últimas décadas do século

¹¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. A versão atualizada desta sigla é LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Poli e mais.

XX, nasceram do rompimento com outras organizações sociais, como o movimento feminista e o movimento negro. Segundo Carneiro (2003a) e Moreira (2018), a união pelo gênero nas organizações feministas não os isentaram de desigualdade racial, pois as suas pautas de luta e reivindicação concentravam-se numa realidade muito diferente das mulheres negras, isto é, a realidade feminina branca classe média/alta intelectualizada.

Se nas organizações feministas houveram a falta de solidariedade racial intragênero, no movimento negro não ocorreu a solidariedade de gênero intragrupo racial, como pontua Carneiro (2003b). Lemos (1997) ao discorrer sobre a organização das mulheres negras no Rio de Janeiro afirma que “O Movimento Negro também não ficou imune às contradições na busca de uma sociedade democrática, que revisse não só as questões relativas à etnia, como aquelas que também dizem respeito ao gênero” (p. 42). O reflexo foi a reprodução do machismo e das práticas sexistas, nas quais as mulheres não eram consideradas sujeitos políticos. Por isso, as atividades destinadas a elas eram de acordo com o esperado pela sociedade, como secretariar as reuniões, limpar, cozinhar e confeccionar os materiais das ações. O assédio sexual não era incomum nessas organizações, o que reforçou a saída de algumas militantes desse movimento negro.

Núbia Moreira (2018) ao analisar as reproduções de machismo no movimento negro e racismo no movimento feminista afirma que não há identidade social completa e estática. Nas relações entre os sujeitos “um único indivíduo pode ser portador da multiplicidade de relações de subordinações e ser dominante numa relação ao mesmo tempo em que é subordinada noutra” (MOREIRA, 2018, p.20). Destarte, a exclusão das mulheres negras e das suas especificidades dentro de ambos os movimentos impulsionam o surgimento das organizações de mulheres negras, no intuito de atender as demandas desse segmento social e combater ao racismo e sexismo.

Assim, a intersecção de raça, gênero e classe foram decisivas para a organização dos movimentos de mulheres negras ao longo dos anos. Entende-se intersecção como a interação entre dois ou mais eixos da subordinação, inseridos num sistema de poder, que estruturam as desigualdades nos terrenos sociais, econômicos e políticos de distintas minorias, como as mulheres negras (CRENSHAW, 2002).

3 O racismo na pele e o machismo no gênero das mulheres negras

“A gente infelizmente ainda vive muito racismo, né, seja ele na profissão, seja ele na sociedade, seja ele na condição de ser mulher”, a fala da militante Taise Oliveira (39 anos, enfermeira e gestora em Saúde Pública) expressa o racismo que inferioriza o gênero no Brasil.

A história do país marcada pela escravidão de mulheres e homens negros africanos e brasileiros, entre os séculos XVI e XIX, aponta a raiz da subjugação das mulheres negras pelo gênero e raça. As principais representações sociais e os estereótipos construídos sobre a imagem das mulheres negras vinculam-se ao servilismo: empregada doméstica, mãe preta e mulata. Tais estereótipos são heranças desse período colonial, em que as mulheres escravizadas tiveram os seus corpos submetidos a diferentes tipos de exploração, serviram como mão-de-obra nas lavouras; realizavam os afazeres domésticos na casa grande; satisfiziam sexualmente senhores e outros homens – leia-se, estupros; amamentavam e cuidavam dos filhos dos patrões em detrimento dos seus próprios; bem como, os seus ventres eram considerados fábricas de novos escravos (CARNEIRO, 2011; CARDOSO, 2014).

As concepções e estereótipos são frutos de uma abolição não sucedida de reparações sociais, políticas e econômicas às/aos ex-escravizadas/os, o que contribuiu para a dupla marginalização e desvantagem das mulheres negras em diferentes esferas: saúde, educação, trabalho e segurança, relatadas nas experiências de racismo das integrantes do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal. As narrativas possuem similaridades entre si, pois ser mulher e negra no Brasil é estar suscetível ao racismo concomitante ao machismo. Contudo, há pluralidades nas vivências das ativistas, assim, as falas são singulares comparadas às das companheiras.

O racismo contra a estética e o fenótipo das mulheres negras é experiência compartilhada entre as integrantes, seja ele expresso de forma velada através de olhares e expressões, como compartilhou Cleuza Juriti (38 anos, pedagoga e ativista):

O racismo a gente enfrenta todo o dia. Basta sair de casa a gente tá enfrentando o racismo né, saiu de casa com nossos cabelos, com nossas roupas, com nosso modo de falar, com o nosso modo de vestir. Então, a gente tá enfrentando o racismo, porque muitos vão nos olhar com o olho atravessado.

Esse racismo também se expressa de forma explícita através de falas que desqualificam o cabelo, os traços e a cor da pele, de acordo com o relato de Wilma Rodrigues (25 anos, estudante e autônoma), “O povo ficava me chamando de cabelo duro o tempo todo”. Ou por meio de violações físicas, ao tocar o cabelo das mulheres sem permissão e de forma inconveniente, conforme a vivência de Ivoneide Bispo (45 anos, administradora e autônoma): “O meu cunhado, que é casado com minha irmã caçula, ele começou também a me machucar. Ele que era pior,

porque eu não podia chegar na casa de mãe, ele vinha pra cima de mim assim com meu cabelo e passava a mão”.

A fala de Ivoneide Bispo retrata um dos ambientes nos quais essas mulheres sofrem o racismo estrutural por afirmar-se negra ao usar seus cabelos crespos e cacheados ou trançados, o ambiente de familiar. O mercado de trabalho integra esses locais de perpetuação do racismo nos relatos das militantes, seja na procura de emprego, em que o currículo da mulher negra é desconsiderado, mesmo ela preenchendo os requisitos profissionais da vaga. Segundo Carneiro (2011, p. 114-115) “[...] negros com as mesmas habilitações que os brancos são preteridos em processos de seleção e, quando igualmente empregados, ganham menos pelo exercício das mesmas funções”.

As mulheres negras representam o maior contingente de desempregados ou trabalhadores inseridos em postos mais vulneráveis no mercado de trabalho e em relações precárias de trabalho, ou seja, elas são a maioria dos trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores familiares, autônomos, e empregados domésticos. Esse cenário é reflexo da baixa qualificação da população negra advinda do racismo institucional na educação e dos critérios racistas no mercado de trabalho, que dificultam a inserção e alocação de mulheres negras em algumas posições não vinculadas ao servilismo, à vulnerabilidade, a dependência ou a precariedade. O critério “boa aparência” representa um deles, pois as vagas de empregos que exigem determinados atributos estéticos baseados em modelos eurocêtricos não beneficiam as mulheres negras, mesmo em um país miscigenado cuja maioria do contingente populacional é negra. Entretanto, possuir instrução não garante às mulheres negras igualdade salarial perante os homens brancos/negros e as mulheres brancas. Elas precisam estender os seus anos de instrução para alcançar os mesmos padrões (CARNEIRO, 2011; SANTOS; DIOGO; SCHUCMAN, 2014).

Mesmo para as mulheres negras já alocadas no mercado, o ambiente de trabalho para elas é hostil, principalmente quando essas mulheres exercem cargo ou função de gerência e comando, como relatou Taise Oliveira (39 anos, enfermeira e gestora em Saúde Pública): “Você estar na gestão, [e] a pessoa achar que você é [riso] da limpeza. Ou procurar saber [o chefe], você se apresentar, procurar saber quem é o chefe, né”. A integrante Cleuza Juriti também compartilhou a sua experiência negativa nas instituições públicas de Serrinha, quando exerceu o cargo de assessora do secretário de direção da Secretaria de Desenvolvimento Social de Serrinha, na ausência do mesmo ela respondia pela secretaria. Em um desses momentos Juriti precisou comunicar informes do secretário enviado para ela por e-mail, e uma funcionária branca disse que não aceitaria ordens de uma assessora negra.

As experiências das integrantes relacionam-se com a visão social e historicamente construída, a qual o lugar da população negra deve ser exercendo trabalhos manuais, precários e de baixa qualificação. Quando os sujeitos desses segmentos ultrapassam as delimitações do lugar imposto pelas relações raciais e branquitude, eles são alvos de discriminações, conforme afirma Soares (2000, p. 24) “Se o negro ficar no lugar a ele alocado, sofrerá pouca discriminação. Mas se porventura tentar ocupar um lugar ao sol, sentirá todo o peso da discriminação sobre seus ombros”.

Ademais, quando as mulheres negras vão além do que é imposto, sofrem para além do racismo: o machismo, pois gerenciar, comandar e ordenar, na sociedade brasileira, não são funções típicas das mulheres, muito menos das mulheres negras – cuja maioria está localizada no mercado de trabalho na função de empregadas domésticas, atividade pouco valorizada no país. O binômio da divisão sexual e social do trabalho demarca que as mulheres devem manter-se no âmbito do privado das relações sociais e nas atividades de reprodução e cuidado, isto é, zelar pela casa, esposo, filhos, enfermos e idosos. Ao homem destina-se o público, a produção, que consiste em trabalhar remunerado e prover o sustento da família (CARNEIRO, 2003a,b; LUSA, 2012).

O racismo encontra-se nos espaços educacionais, como nas universidades, que ainda se mantêm majoritariamente branca e elitizada, apesar dos avanços sociais com as políticas de ações afirmativas, como cotas para negros, indígenas, quilombolas, baixa-renda e demais intersecções. O acesso de mulheres negras à Educação Superior é baixo comparado ao de mulheres brancas e homens brancos. De acordo com o Dossiê das Mulheres Negras (2013), as mulheres brancas são majoritárias nas taxas de escolarização no Ensino Superior, em 2009 a taxa de escolarização líquida¹² delas no ensino superior era de 23,81 pontos, enquanto a taxa dos homens brancos representava 18,7 pontos; das mulheres negras 9,91 pontos; e por fim, os homens negros 6,76 pontos (MARCONDES et al., 2013). Em pesquisas recentes, o IBGE (2018, p.1) afirma que “23,5% das mulheres brancas têm ensino superior completo, um percentual 2,3 vezes maior que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) que concluíram esse nível de ensino”. Taise Oliveira (39 anos, enfermeira e gestora em Saúde Pública) ao falar de suas experiências com o racismo velado nas instituições destacou sofrer o racismo desde a sua graduação.

O racismo nas Instituições de Ensino Superior (IES) repetiu-se com outra militante, Cleuza Juriti (38 anos, pedagoga e ativista) foi questionada por um colega branco na pós-graduação sobre a sua escolha de curso, pois para ele o exercício de funções e cargos de gerência

¹² “A taxa de escolarização líquida é relativa à porcentagem da população em determinada faixa etária matriculada no nível de ensino adequado à sua idade” (MARCONDES et al., 2013, p. 40).

não são para negros, como expôs a entrevistada: “Teve outra questão na universidade, que foi um dos colegas, aí já foi na pós [graduação]. Que ele chegou a dizer que eu não tinha, que eu era uma mulher negra, que eu não tinha que tá fazendo pós em Gestão Pública. [O] que é que um negro queria fazendo pós em Gestão Pública”.

Na educação básica, a situação não difere, pois as práticas de racismo além de advirem de estudantes são reforçadas por profissionais das instituições. De acordo com as duas experiências da integrante Wilma Rodrigues (25 anos, estudante e autônoma), a primeira refere-se à marginalização dos bairros periféricos, como a comunidade remanescente quilombola Novo Horizonte¹³, e à discriminação racial dos estudantes moradores nessas localidades advindas dos professores. A segunda vivência de racismo sofrida por ela, juntamente com sua prima e sua irmã, ocorreu quando brincavam na frente da escola e foi realizada por um porteiro também negro:

Teve um caso também de racismo que eu passei na escola, já foi no Ginásio, no Ensino Médio, na entrada assim do Fundamental II já. E aí o porteiro negro... Tava eu, minha irmã, minha prima, a gente brincando próximo ao portão. E ele veio falar “Oh, tá vendo ali?!”, apontou pro céu e aí tinha um monte de urubu assim sobrevoando, e aí ele “Tá vendo ali? Ali ó, os parentes de vocês. Batam asas e vá se juntar aos parentes de vocês” (Wilma Rodrigues).

O campo da saúde não se isenta da reprodução dessa opressão contra as mulheres negras, a assistência a elas no processo da gravidez é uma problemática da Saúde Pública brasileira. O recorte racial revela que as mulheres negras grávidas recebem menos assistência e recursos quando comparadas às mulheres brancas, visto que são as menos informadas sobre aleitamento, acompanhadas no período gravídico-puerperal, dedicadas tempo de atendimento e anestesiadas (ASSIS, 2018). Vítima da violência obstétrica¹⁴, a militante Wilma Rodrigues (25 anos, estudante e autônoma) teve experiência negativa ao dar à luz ao seu primeiro filho, durante o procedimento e no pós-parto, pois a equipe de saúde a negligenciou, com base na concepção racista de que negros são fortes e aguentam dor. Conforme o seu relato:

Passei racismo no momento do parto do meu primeiro filho, que eu sentia muita dor, eu senti muita dor. Demorei pra ter meu filho, e as enfermeiras falando comigo o tempo todo “Bora, força, força. Bora que pra fazer você num teve dor, num teve isso, bora.

¹³A comunidade remanescente quilombola não se encontra registrada e reconhecida como tal pelos órgãos públicos, como a Fundação Cultural Palmares – responsável pela certificação das CRQs no Brasil. O processo de certificação da comunidade Novo Horizonte conta com o auxílio do Instituto Casa da Cidadania de Serrinha, conforme com Wilma Rodrigues (25 anos) em entrevista.

¹⁴ Conforme Tesser et al. (2015, p. 30), “Entende-se por violência obstétrica a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde que se expresse por meio de relações desumanizadoras, de abuso de medicalização e de patologização dos processos naturais, resultando em perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres”.

Uma menina dessa, já viu gente morena num aguentar dor, gente de sua cor aguenta”. Então, eu sentindo dor, fraca já, com a pressão baixíssima e elas o tempo todo no meu ouvido falando aquilo, tava me transtornando de verdade. Eu tive hemorragia pós-parto, eu tive que usar fralda descartável e num teve ninguém pra me vestir. Eu fraquíssima que não consegui comer após o parto. Eu tive o meu filho quinze para as três da tarde, fiquei com fome o dia todo até o outro dia de manhã, num teve ninguém pra me ajudar a vestir a fralda, eu vesti a fralda sozinha, abri a fralda na cama, vesti. Nem deixaram a minha mãe entrar pra me ajudar, não me colocaram no soro que o médico prescreveu, que ia me colocar o soro e dar um medicamento pra ajudar a estancar o sangue, a amparar mais o sangue. Não me deram, então eu fiquei lá a Deus dará no hospital (Wilma Rodrigues).

Os critérios arbitrários e raciais no atendimento dos profissionais de saúde prejudicam a Saúde da População Negra, pois há preferência racial no momento do atendimento, o qual privilegia a população branca em detrimento da negra e outras. O sujeito branco não aguarda o mesmo tempo que o negro para ter acesso aos serviços de saúde, em situações semelhantes de saúde, como descreveu a integrante Sidmara Assis (34 anos, ensino fundamental incompleto e empregada doméstica) a sua experiência ao buscar atendimento no hospital e ter negada a sua vez:

Já sofri [racismo] em hospital, já sofri tá numa fila esperando. Às vezes esperar uma coisa, a pessoa chegar assim mais branco do que eu me olhar torto [...]. Eu cheguei pra ser atendida, aí quando eu tava pra ser atendida chegou uma mais, que a pessoa vê mesmo, né, que é mais branca, que tem mais condições. Eles já não me atenderam, né, botaram ela na minha frente. Eu fui embora nesse dia, não quis nem ser atendida (Sidmara Assis).

As integrantes do Dandara do Sisal são alvos de outra negação: a da sua identidade racial. Ao assumirem-se como mulheres negras/pretas o entorno social delas, como familiares também da mesma raça e etnia, deslegitimam a autodeclaração ao negar que elas são negras/pretas e tentar embranquecê-las com afirmações que elas são morenas ou pardas, mesmo aquelas mulheres cuja tonalidade de pele é mais retinta. Duas militantes expressaram esse racismo que foram alvos nos seus processos de afirmação racial, como Wilma Rodrigues (25 anos, estudante e autônoma) “Quando a gente começa a descobrir a nossa identidade, que a gente vai falando o tempo todo que é negra, que é negra. Aí vem a mãe, vem a tia ‘Ah, você é morena, menina. Preto é gente mais escura do que você, você num é preto não. Você é morena, você é parda””.

A autora Sueli Carneiro (2011) pontua os mecanismos de embranquecimento da raça brasileira através da miscigenação como fundamentais para a negação e fuga da negritude por parte de negras e negros. Esses sujeitos celebram a mestiçagem ou morenidade em detrimento da identidade negra, baseado em um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou olhos verdes/azuis herdados de algum ancestral branco europeu.

As experiências de racismo e discriminação das mulheres negras do MMNDS não se limitam apenas a elas como alvos, as integrantes presenciaram as práticas nos seus meios sociais, principalmente os filhos no lugar de vítimas, como declarou Sidmara Assis (34 anos), mãe de uma criança com traços de microcefalia, que devido à deficiência da filha existe dificuldade em pentear os cabelos da criança, o que gera a inconveniência dos olhares, expressões e falas racistas das pessoas. Como a mãe relatou em entrevista:

A minha filha ainda sofre mais [racismo], por causa do jeito dela, o jeito que não pode pentear cabelo, porque dói a cabecinha dela. Às vezes eu nem gosto de estar saindo assim com ela direto, o povo olha torto. Olha torto pra ela, uns fica assim olhando, eu sou mãe, eu sinto. “Ah, coisa assim. Por que não penteia esse cabelo? Por que esse cabelo? Por que não alisa?” E eu “Eu não, ela não pode não” (Sidmara Assis).

3.1 Negra e Mulher: a subjugação pelo gênero

Integra o racismo que subjuga as mulheres negras do Dandara do Sisal, o machismo e os valores patriarcais, que potencializam a marginalização das militantes. Conforme as experiências já abordadas de Taise Oliveira (39 anos, enfermeira e gestora em Saúde Pública) e Cleuza Juriti (38 anos, pedagoga e ativista), nos seus respectivos ambientes de trabalho durante o exercício do cargo e da função de gestão, ainda há as situações sofridas pelas mulheres, no passado, ao estarem em relações afetivas nocivas e insatisfatórias com os ex-companheiros e pais de seus filhos e suas filhas. Elas foram constantemente desencorajadas a se separarem por familiares e agentes do poder público, mesmo nos casos de traição e sofrimento psíquico.

A concepção patriarcal de que mulheres separadas não merecem respeito ou não servem para relacionamento afetivo dificulta o suporte familiar e a tomada de decisão delas sobre o divórcio. Principalmente em situações nas quais as suas mães também foram separadas dos pais e não tiveram presença expressiva dos ex-companheiros, na criação dos filhos. Desse modo, exercer a chefia dentro do seio familiar integra as atividades recorrentes atribuídas às mulheres negras, não é raro o arranjo das famílias ser composto por uma mãe, avó ou outra figura feminina e os filhos. Entretanto, as famílias chefiadas por essas mulheres são as mais pobres e vulneráveis (GONZALEZ, 1979; MOREIRA, 2018).

A dificuldade de efetivar a separação acentua-se quando as mulheres vão às delegacias registrar queixas contra o companheiro e não tem sua decisão acatada pelos agentes públicos, principalmente quando o denunciado é colega, profissional da justiça. Elas não têm suas queixas registradas, são orientadas a voltar para casa, tudo com o propósito de proteger o marido, o homem, o colega de profissão. A entrevistada Ivoneide Bispo (45 anos, administradora e

autônoma) relatou a ineficiência da justiça para registrar as suas queixas contra o ex-marido, a fim de retirá-lo da sua casa e efetivar a separação conjugal:

Eu fui pra justiça, botei ele na justiça, ele é policial. Foi muito difícil, outro processo que nós mulheres passamos quando temos um companheiro que é um profissional da justiça, da lei como se diz. E quando a gente quer se separar, a panela que é, o sofrimento que a gente passa dentro dos órgãos dizendo que é pra você voltar pra casa (Ivoneide Bispo).

Outra questão machista nesse processo é o controle pelos homens e ex-parceiros sobre os corpos e desejos das mulheres, principalmente quando a separação apenas ocorre afetivamente, mas ambos moram na mesma residência. Às mulheres não é permitido arranjar outros companheiros nem elas se permitem para não ficarem desonradas, “mal faladas”, diante da sociedade, enquanto o ex-marido ainda continua morando na casa. Contudo, a regra não se aplica aos homens, pois eles possuem o privilégio masculino de arranjam outras parceiras durante e após a relação com a ex-parceira, sem prejudicar a sua imagem socialmente.

4 A atuação antirracista do Movimento de Mulheres Negras

O racismo como vivência compartilhada entre as militantes do movimento Dandara do Sisal é pauta de luta e combate do mesmo através da atuação antirracista. As atuações antirracistas dos movimentos negros contemporâneos no país têm como precursor e forte referência nacional o Movimento Negro Unificado (MNU), de caráter misto, surgiu em 1978, em São Paulo, com o título inicial de MNU contra a Discriminação Racial (MNUDCR), no período em que a Ditadura Militar estava enfraquecendo e os movimentos sociais emergindo (MOREIRA, 2018).

O Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal (MMNDS) reforça esta atuação das organizações negras, pois o movimento possui como principal atuação as questões de gênero e raça relacionadas às mulheres negras, como destaca a fundadora Cleuza Juriti (38 anos, pedagoga e ativista) “O movimento foi criado por essa necessidade mesmo de discutir especificamente as mulheres negras. O objetivo maior é o de discutir a vida das mulheres negras, lutar pelo bem viver¹⁵, pelo bem-estar dessas mulheres”.

Contudo, o movimento Dandara do Sisal amplia a sua luta pelo bem viver às outras minorias políticas - população LGBTQIAP+, povos tradicionais, negros, idosos, juventude e

¹⁵ O bem viver citado pela fundadora aproxima-se do conceito desenvolvido pelo economista equatoriano Alberto Acosta (2016), o qual se trata de um projeto libertador, tolerante e alternativo ao colonialismo e capitalismo, inspirado principalmente na filosofia de vida dos indígenas andinos e amazônicos.

demais –, ao desenvolver ações e atividades, principalmente em conjunto com outras entidades, para esses segmentos sociais. O movimento desenvolve a sua atuação conforme as políticas de combate a violência contra a mulher, racismo, LGBTQIAP+fobia, machismo, sexismo, intolerância religiosa, *bullying* e outras, igualmente as de promoção de direito. As modalidades nas quais se desenvolvem as atividades e ações são palestras, rodas de conversas, reuniões, oficinas e mobilizações públicas e midiáticas, conforme o relato da militante: “Nós fazemos reuniões, palestras, né, oficinas” (Maria Ângela de Jesus, 45 anos, geógrafa e agente comunitária de saúde).

A luta antirracista do MMNDS destaca-se no campo da saúde por atuar em diferentes âmbitos da Saúde da População Negra, como a discussão da anemia falciforme, doença hereditária prevalente na população negra, fomentada em palestras com os profissionais convidados pelo movimento, a fim da população ter ciência dos seus direitos e condição quanto portadores da anemia. Outro espaço de debate sobre o assunto junto com a sociedade ocorre nas audiências públicas promovidas pelo MMNDS, em que as mulheres dão voz às portadoras(es) e familiares de vítimas, para relatarem as suas dificuldades para o poder público.

A anemia falciforme mesmo levou uma temática lá pra dentro [da Câmara de Vereadores de Serrinha], de convidar as pessoas e chegou lá: famílias; mulheres sofrendo que perdeu seus filhos; mulheres sofrendo, que sofria essas dores da anemia que tem. E a gente foi pra briga e dizer assim “Tem alguém aqui da plateia?”, levantar e a gente passar o microfone pra elas, pra ela falar, para o poder público saber das dificuldades, porque eles sabem, mas pra o outro quem tá lá fora também saber. Porque muitas vezes o que tá ouvindo lá passa por isso tudo e não sabe quais são os seus direitos. E a gente leva, traz de Serrinha, de Salvador, de onde é que a gente consiga um profissional pra vir falar aqui a gente traz (Ivoneide Bispo, 45 anos, administradora e autônoma).

Assegurar o direito sexual e reprodutivo das mulheres negras é tarefa do movimento, que se divide em duas principais ações: a) campanhas de prevenção à gravidez e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) com a distribuição de camisinhas (femininas e masculinas) e rodas de conversas com as jovens sobre sexualidade, gravidez na adolescência, métodos contraceptivos e ISTs; b) combate à violência obstétrica contra as mulheres negras, através dos eventos que o Dandara do Sisal participa e das cobranças ao poder público relacionadas à qualidade no atendimento às mulheres negras em todo o processo da gestação. Segundo os relatos das representantes do movimento:

Tem o dia da AIDS, pra gente sempre fazer intervenção. Quando há necessidade, a gente tem a parceria com o CTA¹⁶, a gente pega preservativo, vai pra rua,

¹⁶ De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009, p.1): “Os Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) são serviços de saúde que, articulados aos demais serviços do Sistema Único de Saúde

principalmente os femininos. Fala para as mulheres a importância delas usarem também o preservativo feminino. A gente invade as escolas, mesmo que não abram as portas, a gente invade, vai pautar a questão da sexualidade com as meninas, do empoderamento feminino. [...] Sempre a gente tá fazendo essas provocações, principalmente a questão também da saúde, a gente sempre tá cobrando do poder público uma posição na melhoria da saúde. Porque a gente vê nossas jovens indo pro hospital pra ter seus filhos ou fazer o pré-natal, e o tempo todo são criticadas, é negado o direito delas (Wilma Rodrigues, 25 anos, estudante e autônoma).

No Brasil, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) representa o reconhecimento do Estado sobre as iniquidades raciais no acesso à saúde, que expõe muito mais a população negra à morbidade e mortalidade por fatores que podem ser prevenidos e evitados. A negligência na prevenção de doenças predominantes neste grupo, como anemia falciforme, hipertensão arterial, diabetes e miomatoses; os significativos números de mortalidade materna entre as mulheres negras, causada pelo descaso dos profissionais de saúde na assistência à gravidez, ao parto e ao período puerpério; assim como, a mortalidade infantil em crianças negras até um ano são exemplos de causas em que a política se faz necessária (CARNEIRO, 2011).

Outras violências contra a população negra estão no escopo de combate, denúncia, acolhimento das vítimas e familiares do MMNDS, como o feminicídio das mulheres negras abordado em entrevista por Wilma Rodrigues (25 anos, estudante e autônoma): “O machismo, o feminicídio, que a gente vê os índices das mulheres que estão sendo mortas são as negras, que tá altíssimo. Sempre a gente tá fazendo essas provocações”.

O homicídio dessas mulheres comparado ao das mulheres brancas é abissal no país, segundo o Atlas da Violência 2019 os assassinatos das mulheres negras aumentaram em 29,9%, enquanto os das não negras aumentaram 4,5%, entre 2007 e 2017 (IPEA; FBS, 2019). Em 2017, as mulheres pretas e pardas representaram 66% de todos os homicídios de mulheres, 3.288 assassinatos, no total de 4.936. A intelectual e ativista negra Djamila Ribeiro (2017), ao discutir esta diferença entre as negras e brancas reconhece como uma das causas a deficiência das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher em alcançarem as negras, pois quando elaboradas e executadas não há segmentação étnico-racial, isto é, o sujeito mulher é universalizado a partir de uma referência branca.

Ademais, o Atlas da Violência 2019 indica que no ano de 2017, 35.783 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados no Brasil, que significa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100

(SUS), representam uma estratégia importante na promoção da equidade de acesso ao aconselhamento e ao diagnóstico do HIV, das hepatites B e C e da sífilis. Atuam também na prevenção dessas e das demais infecções sexualmente transmissíveis (IST), favorecendo segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade, com respeito aos direitos humanos, à voluntariedade e à integralidade da atenção, sem restrições territoriais”.

mil jovens no país. Segmentar esse indicador por gênero revela que 94,4%, isto é, 33.772 jovens, eram do sexo masculino. De acordo com o documento nesse mesmo período, (ano de 2017), os homicídios atingiram mais a população negra, 75,5% das vítimas foram pretas e pardas. Desse modo, a intersecção classe, gênero e raça aumenta a vulnerabilidade da população masculina negra diante do genocídio da juventude negra. A morte desses jovens também afeta as mulheres negras, visto que eles possuem mães, companheiras e familiares (IPEA; FBS, 2019).

Ações são desenvolvidas pelo Dandara do Sisal em conjunto com outras organizações, para combater o assassinato dos jovens negros, em uma realidade na qual a Bahia, entre as unidades federativas, está na 7ª posição nas taxas de homicídio de jovens homens, no ano de 2017, 4.313 cidadãos desse segmento social foram mortos. Em relação ao homicídio da população negra, em 2017, foram assassinados 6.798 negros por 100 mil habitantes, enquanto os não negros representam 484 homicídios, no estado, segundo o Atlas da Violência (2019) (IPEA; FBS, 2019).

A gente vem abordar principalmente a questão do genocídio da juventude negra que tá em alta. A nossa juventude tá morrendo, nossas crianças estão morrendo. E o movimento traz uma campanha, o movimento de mulheres negras também da Bahia traz uma campanha, e os outros movimentos feministas vêm trazendo, que é “Pare de nos matar” (Wilma Rodrigues, 25 anos, estudante e autônoma).

Outros autores discutem as causas dessa violência contra os jovens negros, Bento e Beghin (2005) consideram a exclusão social nos ambientes da educação e do mercado de trabalho, em que as escolas são ambientes poucos hospitaleiros aos sujeitos, o que gera evasão e defasagem no processo educacional. No mercado de trabalho, os jovens negros compõem significativa parcela de desempregados ou ocupam cargos de baixo prestígio social e qualificação. As reduzidas oportunidades, advindas dessas e outras marginalizações, contribuem para que os jovens negros sejam aliciados para as milícias e os tráfico nas periferias, o que intensificam o racismo, a criminalização da pobreza e os estereótipos de periculosidade racial associados à população negra (GOIZ, 2016).

Waiselfisz (2014) destaca a privatização da segurança, saúde e educação motivada pela limitação do Estado em oferecer à população acesso aos serviços e benefícios sociais básicos – aqueles que possuem condições financeiras pagam por esses serviços na forma privada. Com destaque para a segurança pública, ela distribui-se de forma desigual nas localidades, pois as mais abastadas, população predominante branca, recebem dupla segurança: a pública e a privada. Já para as periféricas são destinadas o mínimo ou nada que o Estado oferece.

Outros fatores abordados são a naturalização e aceitação social da violência contra determinado segmento social e localidade. Ambos os elementos concomitantes com os

estereótipos tornam os jovens negros principais alvos da violência dos agentes de segurança pública e privada. Esse racismo criminaliza os negros brasileiros ao ponto de englobar as principais causas da morte prematura por causas externas desses sujeitos, principalmente em comunidades periféricas. Nessas localidades, as abordagens dos agentes de segurança pública são brutas, muitas vezes as vítimas são expostas às humilhações, torturas e incriminações injustas (GOIZ, 2016; MATTOS, 2017; WAISELFISZ, 2014).

Em Serrinha, o exposto acima não é diferente, a violência policial contra a população negra periférica é realidade. Por isso, o Dandara do Sisal assume os papéis de questionar a atuação dos agentes públicos frente ao Estado e fortalecer as mulheres vítimas dessas agressões. O depoimento de Cleuza Juriti (38 anos, pedagoga e ativista) revela as práticas policiais nas comunidades e o enfrentamento do movimento ao racismo:

Aqui tem um espaço na cidade, lá no antigo Matadouro que chama, que hoje é Novo Horizonte, que é uma comunidade quilombola. E o que acontecia lá?! Havia muita violência policial, eles chegavam lá chamando as meninas de puta [...] Eu fiquei muito preocupada com essa situação, fui umas duas vezes antes pra visitar, no dia. Até mesmo pra ver, às vezes a gente precisa ir ver pra crer, né [riso] ou pra ter subsídio maior pra se defender. E eu presenciei realmente que era isso mesmo que as mulheres contavam. E aí, eu comecei a chamar aquelas mulheres para a responsabilidade, eu comecei a dizer a elas que elas tinham o direito de estar naquele espaço, não é que elas tinham que se negar a ir, como a pessoa chegava e dizia “Ah, mulher de respeito não vai lá. O que você quer lá? Você foi porque você não é mulher de respeito”. Não existe isso, porque o lugar, você vai no lugar que você quiser ir, a gente tem livre-arbítrio de ir em qualquer lugar. Principalmente por uma parte da segurança a gente não pode ser coibido por uma pessoa que vai nos dar segurança. Aí fiz várias rodas de conversa no próprio espaço, dias normais, dia de terça, dia de quarta de tarde, de noite. A gente usava a estratégia de fazer música, de dança, né, a gente botava um som ia fazer academia e tal. [...] Elas mesmo perceberam que o ato que elas sofriam naquele espaço do Machô com os policiais era uma violência. E aí foi quando elas mesmas também vieram até a nós pedir que a gente fosse conversar com o Batalhão né, o coronel né, o 16º Batalhão [da Polícia Militar de Serrinha]. Porque elas se sentiram na vontade e no direito de fazer isso, foi aí que a gente foi conversar, falou, contou toda a situação pra eles, e aí foi que amenizou (Cleuza Juriti).

O campo da educação integra a militância do Dandara do Sisal, pois o movimento propõe-se valorizar e comunicar a cultura negra para além de uma única data, 20 de novembro. Conforme o relato de Wilma Rodrigues (25 anos, estudante e autônoma):

As escolas só lembram que existimos [risos], só lembram da nossa importância no 20 de novembro, a gente vive os 365 dias do ano só tira um dia pra pautar nossas questões. E ainda não é nem pautar de verdade, só vem aquela coisa superficial, assim, de que somos lindas, e que faz um desfile na escola, alguma apresentação afro. Aí nem debatem com os alunos primeiro pra falar, contar de fato o que realmente aconteceu; falar para as meninas a importância de assumir o cabelo, não por modinha que é o que se tá acontecendo muito, e sim que é uma afirmação de identidade.

Esta negação institucional do protagonismo negro na história da humanidade é foco da atuação do movimento nas instituições de ensino ao levar informações que invertem essa situação do negro apenas em temáticas relacionadas à escravidão – apesar da Lei nº 10.639/2003 sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial das escolas (BRASIL, 2003).

A gente vai adentrando mesmo às escolas e chama os alunos, e a gente trabalha essa questão do 20 de novembro. A gente vem falar o porquê a gente não pauta somente o 20 de novembro, que a importância, toda a questão histórica, até na matemática, tudo o que for trabalhar na escola tem que ser pautado também o papel do negro. Que o negro fundou, criou várias coisas importantes que utilizamos hoje no nosso dia-a-dia, além do carro, casas, tudo a gente vê que tem um negro por trás e não dão a mínima importância (Wilma Rodrigues).

Os relatos acima se aproximam da discussão realizada por Sueli Carneiro (2011) sobre os processos de epistemicídio¹⁷ e exclusão da população negra no sistema educacional brasileiro, os quais dificultam ou eliminam o acesso dos negros às oportunidades educacionais; negam, ocultam ou desvalorizam os importantes feitos da África e da diáspora africana para a história e patrimônio cultural da humanidade; rebaixam a autoestima desta população no cotidiano escolar devido ao racismo e discriminação; impõem o embranquecimento cultural; produzem a evasão e o fracasso escolar; dentre outros.

Mais uma luta do MMNDS é o combate ao preconceito das religiões de matrizes africanas e a organização de atividades para os povos de terreiro, principalmente para as mulheres negras, a fim discutir o racismo, a intolerância religiosa e os direitos que elas (es) possuem. Há uma data marcada para o desenvolvimento das atividades nas comunidades de terreiro, o dia 21 de janeiro – Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Segundo Cleuza Juriti, “É uma data que é importante para as mulheres de terreiro, não só pra mulheres, como os homens. Mas a gente faz uma chamada para as mulheres de terreiro, então a gente vai pro terreiro, faz uma roda de conversa”. Nesses espaços, a luta não se resume no enfrentamento ao preconceito religioso, amplia-se para o combate às outras opressões, como o racismo e machismo que afetam as mulheres negras religiosas.

A discussão sobre as opressões de raça e gênero que atingem a mulher negra ocorre em outros períodos e datas, como no mês de julho¹⁸ no qual se realiza o “Julho das Pretas”, de acordo com Wilma Rodrigues (25 anos, estudante e autônoma), “A gente tem o Julho das Pretas

¹⁷ Conforme Santos e Meneses (2009), refere-se à produção do conhecimento científico concentrada em único modelo epistemológico e cultural. Fruto da colonização europeia e branca que impede, descontextualiza, inferioriza e destrói as pluralidades de certos saberes locais, o epistemicídio desperdiça “a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (TAVARES, 2009, p.183).

¹⁸ No mês de julho, o dia 25 é marco da comemoração do Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

que a gente trabalha o julho todo”. E o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, no qual o MMNDS demarca a condição e as especificidades das mulheres negras no Brasil ao desenvolver as ações e atividades, já que há uma universalização da mulher com base nas brancas, segmento com condição social privilegiada comparado às mulheres não brancas, conforme relato:

A gente compreende que o 8 de março ele precisa ter também a cara das mulheres negras, né. Ao longo do tempo vem se discutindo mulher como um todo, a gente também faz essa especificidade. Então a gente vai pros quilombos, a gente vai para as escolas falar dessa especificidade das mulheres negras, falar que o índice de violência entre as mulheres negras tem aumentado. Então vai despertando essa forma também de trabalhar a questão das mulheres negras no 8 de março (Cleuza Juriti, 38 anos).

Carneiro (2011) discute a necessidade de demarcação étnica-racial nessa data, visto que a questão de gênero das mulheres negras é específica devido ao racismo, que as impede de usufruir no mesmo nível, comparado às brancas, as conquistas de gênero.

A cada novo 8 de março, Dia Internacional da Mulher, celebra-se o contínuo crescimento da presença feminina no mundo dos negócios, nas esferas de poder, em atividades secularmente privatizadas pelos homens, e, em geral, omite-se o fato de as negras não estarem experimentando a mesma diversificação de funções sociais que a luta das mulheres produziu (CARNEIRO, 2011, p. 119).

Noutros espaços educacionais e institucionais, o movimento de mulheres negras explora as questões de raça e gênero das mulheres negras, como nas universidades, segundo explicou Ivoneide Bispo (45 anos, administradora e autônoma):

Na jornada de Pedagogia [da UNEB] foi aberto dois espaços para o Dandara lá, foram dois dias na semana que teve o evento dos calouros. Então assim, é bom porque aquele jovem já entra na universidade com outra visão. Aí faz uma roda de conversa, né, palestras, teve as rodas de conversa, bate-papo com esses jovens [...]. A questão LGBT tão trabalhando na universidade, a questão da mulher negra, da violência contra a mulher.

O 16º Batalhão de Polícia Militar de Serrinha integra os espaços de atuação do Dandara do Sisal, principalmente após os eventos de violência policial na comunidade remanescente quilombola Novo Horizonte. O movimento ministra cursos de formação para a corporação, com o propósito de informá-los sobre as mulheres e população negra, para que influencie positivamente o trabalho dos policiais e atenuar a violência policial. Conforme o relato de uma das fundadoras:

Eles nos chamam pra fazer uma palestra sobre mulheres negras, falando da violência, falando das especificidades das mulheres negras, das mulheres quilombola, e aí do racismo; tudo a gente faz essa parte também com a polícia. Até mesmo fazer com que quando eles cheguem, pelo menos amenizar né, a gente sabe que não vamos acabar, mas a gente consegue pelo menos amenizar algumas questões, das truculências que acontece nas periferias da nossa cidade (Cleuza Juriti, 38 anos, pedagoga e ativista).

Desse modo, há diversidade de ambientes e sujeitos na atuação do movimento, como em comunidades rurais, quilombolas e periféricas, com as mulheres, os homens e a juventude dessas localidades, onde o acesso à informação é difícil. Nas universidades e faculdades de Serrinha, espaços de produção do conhecimento, com o corpo docente e discente dessas instituições. Em instituições públicas, como nos Conselhos Municipais, na Câmara de Vereador e no 16º Batalhão de Polícia Militar de Serrinha.

Considerações Finais

O Brasil, ao conformar-se como um país apartado racialmente e racista mobiliza as organizações da sociedade e sujeitos políticos a atuarem contra esse sistema desvantajoso para as minorias brasileiras, principalmente para a população negra. Os movimentos de mulheres negras, os movimentos negros, dentre outras organizações brasileiras integram forças no combate ao racismo desde o século passado.

Em tempos atuais, o Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal (MMNDS) reforça a luta no Território do Sisal, Bahia, ao promover rodas de conversas, palestras, reuniões e oficinas, que discutem o racismo, as suas diversas faces, as estratégias de enfrentamento ao racismo e os direitos da população negra. As mobilizações públicas e midiáticas compõem a atuação antirracista do movimento, ao denunciar e expor as opressões que as integrantes do Dandara do Sisal, os seus entornos sociais e a população negra são vítimas no cotidiano.

Contudo, o MMNDS não se limita às questões raciais, a atuação do movimento abrange as questões de gênero, principalmente por: a) ser uma organização feminina e b) a intersecção raça e gênero particularizar a subjugação das mulheres negras em comparação aos homens negros e às mulheres não negras. As temáticas LGBTQIAP+, religiosas, quilombolas e territoriais estão no escopo das ações do Dandara do Sisal, porém não tão prevaletentes quanto às pautas de gênero e raça. Tais temáticas quando trabalhadas são em parcerias com outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

A diversidade de ambientes em que o movimento Dandara do Sisal desenvolve as suas ações é significativa para a luta a favor das mulheres negras, ao ocupar espaços negados institucionalmente, como universidades, escolas e órgãos públicos. Bem como, discutir direitos e desigualdades sociais nas localidades com difícil acesso à informação, como comunidades rurais, periféricas e quilombolas. Desse modo, as atrizes sociais em conjunto e baseado nos seus lugares de fala assumem voz ativa ao refletirem e produzirem enunciados sobre a condição de ser mulher e negra no Território do Sisal.

Lugares de fala de sujeitos que possuem vivências e experiências de racismo desde a infância, e constantemente tem negados seus direitos à saúde, educação, segurança, identidade e até a sua humanidade. Mas são mulheres, que resistem e lutam por um município, território, estado e país democráticos e de direitos humanos para todas(os), independente da raça, gênero, religião, orientação sexual, idade e localidade.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante, 2016.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSIS, Jussara. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 547-565, 2018.

BENTO, Maria Aparecida.; BEGHIN, Nathalie. Juventude negra e exclusão radical. *Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise*. n. 11, p. 194-197, 2005.

BRASIL. CASA CIVIL. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. _____. *Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003*: Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) atualizada até a portaria nº 138/2019, publicada no dou de 02/08/2019*. 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/certificadas-02-08-2019.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003a. p. 49-58.

_____. *Mulheres em movimento*. Estud. Av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003b.

_____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DIAS, Wilson. *Territórios de Identidade e políticas públicas na Bahia: Gênese, resultados, reflexões e desafios*. Feira de Santana. UEFS – Dissertação (Mestrado Profissional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR, 2017.

FONTANELLA, Bruno; RICAS, Janete; TURATO, Egberto. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

GARCIA, Antônia. Movimentos Sociais: suas territorialidades e temporalidades. In: _____. *Mulheres da cidade d' Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2006, 117-156 p.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. *E Dandara dos Palmares, você sabe quem foi?* 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-dandara-dos-palmares-voce-sabe-quem-foi/>. Acesso em: 24 de mai de 2020.

_____. *Zumbi vive*. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/zumbi-vive-2/>. Acesso em: 24 de mai. de 2020.

GOIZ, Juliana. Das teorias racialistas ao genocídio da juventude negra no Brasil contemporâneo: algumas reflexões sobre um país nada cordial. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 108-127, 2016.

GONZALEZ, Lélia. *O papel da mulher negra na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: PUC, 1979. Mimeografado.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____; SILVA, Nelson. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Fundação Carlos Chagas (SP)*, Cadernos de Pesquisa, n. 73, maio 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho*. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 24 de mai. de 2020.

_____. *Serrinha*. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serrinha/panorama>. Acesso em: 15 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBS) (orgs.). *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

LEMOS, Rosalia. *O Feminismo Negro em construção: a organização das mulheres negras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. UFRJ – Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 1997.

LUSA, Mailiz. Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais. *Gênero*, Niterói, v.13, n.1, p. 93-107, 2012.

MARCONDES, Mariana et al. (orgs.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013.160 p.

MATTOS, Geísa. *Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados Unidos*. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.48, n. 2, p.185-217, 2017.

MOREIRA, Núbia. *A organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.

MOREIRA, Ozileide. *“Lugar de mulher é onde ela quiser”*: o protagonismo de lideranças femininas no Território do Sisal - Bahia. Feira de Santana. UEFS – Dissertação (Mestrado Profissional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

OLIVEIRA, Maria Luísa.; MENEGHEL, Stela; BERNARDES, Jefferson. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 266-274, 2009.

PINTO, Céli. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Silvana. *A atuação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais no contexto das políticas de segurança alimentar e a constituição de novas territorialidades em Santaluz – Bahia*. Feira de Santana. UEFS – Dissertação (Mestrado Profissional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR, 2016.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. p. 59-90.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Edinusia. *Associativismo e desenvolvimento: o caso da região sisaleira da Bahia*. Feira de Santana/BA: UEFS Editora, 2010.

SANTOS, Elisabete; DIOGO, Maria Fernanda; SCHUCMAN, Lia. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 17, n. 1, p.17-32, 2014.

SARAIVA, Adriana. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos*. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO. Recomendações para o funcionamento dos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) do estado de São Paulo. *Rev. Saúde Pública*, v.43, n.2, p.383- 386, 2009.

SILVA, Filipe. O Território do Sisal. In: ORTEGA, Antonio.; PIRES, Murilo (orgs.). *As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia*. Brasília: IPEA, 2016. p. 151-183.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS (SIT). MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Caderno Territorial do Sisal-BA*. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_043_Do%20Sisal%20-%20BA.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

SOARES, Sergei. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília: IPEA, 2000.

TAVARES, Manuel. Epistemologias do Sul. *Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 13, p. 183-189, 2009.

TESSER, Charles et al. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. *Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade*, v. 10, n. 35, p.1-12, 2015.

TOKITA, Márcia. Mulheres Negras. *V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*, p. 120-134, 2013.

WASELFISZ, Julio. *Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil*. Brasília, 2014.